



AMÉRICA LATINA / Forças Armadas e Polícia Nacional ocupam ruas de Quito, de Guayaquil e de outras cidades em cumprimento ao estado de exceção decretado pelo presidente Guillermo Lasso. Medida contra narcotráfico e homicídios recebe críticas de especialistas

Equador militarizado

» RODRIGO CRAVEIRO

No primeiro dos 60 dias de vigência do estado de exceção decretado pelo presidente Guillermo Lasso, na noite de segunda-feira, o Equador amanheceu com forte aparato militar em Quito, em Guayaquil (sudeste) e em outras cidades. As Forças Armadas e a Polícia Nacional realizaram operações conjuntas e bloqueios em rodovias e estradas para tentarem frear o aumento do número de homicídios e combater o narcotráfico. Especialistas admitiram ao **Correio** que o decreto que Lasso é “insuficiente” e “desproporcional”, e surge no momento em que o chefe de Estado enfrenta protestos da oposição, impulsionados pelo escândalo conhecido como Pandora Papers — documentos apontam que ele controlou 14 sociedades offshore, a maioria no Panamá, mas as fechou quando o governo de Rafael Correa proibiu que candidatos ao Palácio de Carondelet, sede do Executivo, tivessem contas ou negócios em paraísos fiscais.

Ao receber o secretário de Estado americano, Antony Blinken, em Quito, Lasso prometeu aos Estados Unidos que respeitará os princípios “democráticos” durante a vigência do estado de exceção. O chefe da diplomacia de Washington, por sua vez, defendeu que as operações militares estejam “muito centradas no que desejam obter e tenham uma duração finita”. “Apreciamos muito o fato de demonstrar, de maneira convincente, que a democracia pode gerar resultados reais para o nosso povo”, declarou Blinken.

Professor do Instituto de Altos Estudios Nacionales, em Quito, Diego Núñez Santamaria afirmou que o estado de exceção é desproporcional ao motivo pelo qual foi instaurado. “O narcotráfico é um inimigo invisível, e tem estado no Equador o tempo todo. Nem por isso os governos anteriores tinham decretado essa medida. A Corte Constitucional fará um controle automático do decreto e, sem sombra de dúvidas, limitará o seu escopo”, explicou. “No entanto, não acredito que ela seja a ferramenta adequada para enfrentar a criminalidade. Pelo contrário, são necessárias políticas públicas criminológicas reais.” Entre janeiro e agosto deste ano, o Equador contabilizou 1.427 assassinatos, 55 a mais do que em 2020. Em 29 de setembro

Fernando Mendez/AFP



Marines equatorianos patrulham Guayaquil, foco da violência que assola o país: decreto busca reduzir assassinatos e combater tráfico de drogas

Fernando Mendez/AFP



Na mesma cidade, suspeito é revistado no meio da rua: 60 dias de controle

passado, um confronto entre traficantes ligados a cartéis do México e da Colômbia deixou 119 mortos, na Penitenciária del Litoral, em Guayaquil.

Para Núñez, o decreto firmado por Lasso tem caráter diversionista, tenta desviar o foco dos reais problemas do país. “Existe uma grave possibilidade de que a Assembleia Nacional (parlamento) destitua o presidente por conta do envolvimento no escândalo dos Pandora Papers”, advertiu.

“Ainda que a criminalidade tenha aumentado, limitar direitos dos cidadãos não é uma medida proporcional para enfrentar essa situação. Na verdade, não passa de uma cortina de fumaça.”

Risco

Emilio Suárez Salazar, especialista em direito constitucional e professor da Universidad San Francisco de Quito e da Universidad Andina Simón Bolívar (em

Rodrigo Buendia/AFP



Antony Blinken (E), secretário de Estado dos EUA, visita Lasso: cobrança

Quito), explicou que o estado de exceção adotado por Lasso não estabeleceu a limitação de direitos. “O presidente apenas mobilizou as Forças Armadas equatorianas para controlar a segurança. Podemos notar um aparato policial e militar maior nas áreas públicas”, comentou. “As Forças Armadas não receberam um treinamento para realizar o controle interno da segurança. Por isso, é preciso o máximo cuidado para que não cometam excessos.”

Salazar lembra que a Corte Constitucional estabeleceu que o estado de exceção deve responder a circunstâncias imprevisíveis. “O narcotráfico e a insegurança são fatores presentes no Equador desde há muitos anos. Não considero que tais circunstâncias se cumpram estritamente neste caso. No entanto, são evidentes o incremento nos homicídios e o fato de que máfias do narcotráfico ultrapassaram a capacidade normal do Estado e da polí-

» Pontos de vista

Por Diego Núñez Santamaria

“O Estado pode ser responsabilizado”

“A regra é que nenhum direito está limitado. Por isso, há o risco de os militares cometerem excessos. Em princípio, o Exército e a administração pública apenas podem fazer o que lei permitir. Em tese, precisariam levar ao juiz o flagrante de qualquer infrator. Em casos de excessos, o Estado poderia ser responsabilizado frente a violações de direitos.”



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

Professor do Instituto de Altos Estudios Nacionales (em Quito)

Por Emilio Suárez Salazar

“A medida é insuficiente”

“Não considero que a decretação do estado de exceção seja uma medida cosmética, mas insuficiente. Para combater o crime, não cabe apenas o reforço na segurança, mas o ataque às causas sociais relacionadas à violência: desemprego, educação e falta de acesso a serviços básicos. O Equador enfrenta grave comoção interna, ante o aumento dos homicídios.”



Professor da Universidad San Francisco de Quito e da Universidad Andina Simón Bolívar

cia.” O constitucionalista aposta que a militarização é um fator de contenção dos protestos de rua que têm se espalhado contra Lasso. No entanto, Salazar adverte que, caso o governo não ataque os problemas relacionados à insegurança, o estado de exceção se mostrará inócuo. “Nesses 60 dias, Lasso precisará tomar decisões estruturais e definir políticas públicas claras. Se isso não ocorrer, concluiremos que tudo não passou de medida política.”

ONG denuncia prisões e abusos sistemáticos em Cuba

A organização não governamental Human Rights Watch (HRW) acusou o governo cubano de realizar, sistematicamente, prisões arbitrárias, maus-tratos contra prisioneiros e julgamentos abusivos em sumários, em represália aos protestos pacíficos que surgiram na ilha socialista em 11 de julho de 2021. “Essa foi essencialmente a resposta brutal de um governo que

concentra todo o poder há décadas (...) e que foi surpreendido por manifestações espontâneas”, declarou o diretor para as Américas da HRW, José Miguel Vivanco, durante a apresentação, em Miami, do último relatório da organização. De acordo com a ONG, “os padrões consistentes e repetidos de abusos cometidos pelas forças de segurança, em vários locais de Cuba,

sugerem fortemente um plano das autoridades para sufocar e reprimir as manifestações”.

As autoridades prenderam mais de 1.000 pessoas durante a onda repressiva. Deste total, mais de 500 continuam atrás das grades e muitas outras, em prisão domiciliar, disse a HRW, citando a ONG cubana Cubalex. “Manifestantes pacíficos e outros críticos foram sistematicamente

detidos, mantidos incomunicáveis, submetidos a abusos em condições carcerárias nefastas e julgados em processos que são uma verdadeira farsa”, denunciou um dos autores do relatório da HRW, Juan Pappier. “Isso obedece a uma política de Estado para cortar pela raiz qualquer tentativa do povo cubano de exercer seu direito ao protesto pacífico”, afirmou Vivanco.

Yamil Lage/AFP



Policial detém manifestante, em ato contra o regime, em 11 de julho

COREIA DO NORTE

Anthony Wallace/AFP



Televisão mostra lançamento de novo míssil a partir de submarino

ONU faz reunião após teste com míssil balístico

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) fará, hoje, uma reunião de emergência a portas fechadas sobre a Coreia do Norte. O encontro, um pedido dos Estados Unidos e do Reino Unido, ocorrerá horas depois de o regime de Pyongyang testar, com sucesso um “novo tipo” de míssil balístico, lançado a partir de um submarino. O míssil é dota-

do de “muitas tecnologias avançadas de controle e orientação”, segundo a agência oficial de notícias coreana KCNA. O lançamento ocorreu na manhã de ontem (noite de segunda-feira, em Brasília). A KCNA não mencionou o ditador Kim Jong-un, um sinal de que ele não estava presente no teste.

Imagens publicadas pelo jornal do regime, *Rodong Sin-*

mun, mostravam o míssil nas cores branca e preta emergindo da água com um submarino na superfície. A capacidade para lançar um míssil a partir de um submarino levaria o arsenal de Pyongyang a um novo patamar, permitindo aos norte-coreanos posicionarem ogivas muito além da Península Coreana. No entanto, o disparo feito a partir do submarino

“8.24 Yongung”, o mesmo utilizado no teste com um míssil balístico estratégico mar-terra (SLBM), em 2016, indica que o país pouco avançou nas capacidades de lançamento. O teste de ontem foi feito no momento em que as duas Coreias embarcam em uma possível corrida armamentista, enquanto o diálogo entre Washington e Pyongyang continua paralisado.